

# As novas esperanças do governo

A volta da missão do FMI ao Brasil foi confirmada ontem por três fontes do governo. Primeiro foi o próprio ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que atribuiu a volta dos técnicos do Fundo à necessidade de se concluir os trabalhos de apuração de dados e estatísticas. O chefe da assessoria econômica da Seplan, Akihiro Ikeda, e o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, no entanto, acrescentaram mais detalhes à notícia.

Segundo Ikeda, por exemplo, desta vez a discussão entre os técnicos do Fundo e as autoridades econômicas será sobre a compatibilização da meta do déficit público com o novo cálculo da inflação. Langoni, por sua vez, disse que o governo tentará convencer a missão a estender por mais 12 meses a análise dos efeitos das recentes medidas adotadas para adequar a economia às exigências do próprio Fundo. De qualquer forma, lembrou, os técnicos deverão rediscutir os números que constarão do relatório a ser enviado ao board do FMI, entre os quais os mais importantes dizem respeito às metas de redução da inflação.

A data em que a missão chegará ao Brasil, entretanto, ainda não está definida. O senador José Lins (PDS-CE) disse, após uma audiência com Galvêas, que os técnicos chegarão em oito ou dez dias. Ikeda disse que os técnicos podem chegar tanto hoje, como amanhã ou domingo.

## Novos dados

O ministro da Fazenda garantiu que o FMI não está exigindo a eliminação do tabelamento dos juros, como se chegou a publicar. Ele confirmou que essa medida foi decidida pelo governo depois de submetida à missão do Fundo, que esteve no País sob o comando de Eduardo Wiesner, renegociando o acordo assinado no começo do ano.

Pelas explicações do ministro, a missão retorna apenas para complementar os trabalhos de apuração de dados. "Eles ficaram de voltar para isso", disse pela manhã, acrescentando à tarde que "tanto pode ser que eles venham como pode ser que nós levemos esses dados para eles em Washington". Galvêas ressaltou, porém, que não tem nenhuma viagem marcada para os Estados Unidos.

Diante da insistência de que o Fundo não teria aceito os números brasileiros, e que por isso a missão retornaria, Galvêas foi incisivo: "Não tem nada disso". Lembrou que, em momento nenhum, se anunciou que o acordo estava pronto. Técnicos da área econômica também foram evasivos sobre o retorno da missão.

Uma qualificada fonte da área financeira, por sua vez, explicou ontem que o grande problema é que o FMI está preocupado com a perspectiva de, novamente, o Brasil não poder cumprir as metas estabelecidas. Depois da tragédia no Sul, por causa das enchentes, a política monetária passou a ser repensada, e o índice de inflação previsto, de 138,9% ao final do ano, é hoje inteiramente irreal. Assim, o FMI só vai aprovar um

acordo com o Brasil depois que tiver a garantia de que, enfim, o País poderá cumprir o compromisso assumido.

## Confiança

Segundo o presidente do BC, Carlos Langoni, uma perspectiva de 18 e não de apenas seis meses das repercussões do programa econômico brasileiro é importante, uma vez que o Brasil está tentando levar os bancos a se comprometerem com financiamentos não só para 83, mas também para 1984. Ele destacou que essa avaliação será favorável ao Brasil, principalmente no que se refere ao déficit público e à inflação, já que as medidas adotadas exigirão um certo tempo até que tenham impacto. Além disso, segundo ele, estender o horizonte da análise significa conseguir maior confiança no ajustamento da economia brasileira.

O presidente do BC disse que nos novos contatos que terão com a missão, as autoridades brasileiras vão querer que os técnicos façam uma nova avaliação, que leve a "alterações em alguns parâmetros inicialmente discutidos aqui no Brasil, que é em torno da taxa de inflação anual, devido ao impacto, em julho e talvez também agosto, pois não se sabe bem não só da inflação corretiva mas também dos próprios fatores climáticos do Sul, que alteraram e elevaram o índice mensal de preços".

Apesar das novas discussões, não há, segundo Langoni, questões essenciais de política econômica para serem debatidas além daquilo que já foi discutido.

A taxa de inflação, de 138% para este ano, acertada nas últimas negociações com o Fundo está superada, conforme admitiu o presidente do BC, e a nova meta, estabelecida para 84, deverá constar da carta de intenções a ser assinada em setembro com o FMI.

## "Bobagem"

Akihiro Ikeda, da Seplan, não quis falar sobre como será compatibilizado o déficit público com o novo cálculo da inflação, negando-se a detalhar as novas discussões com o Fundo, alegando que o assunto está sendo tratado pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni. Quanto ao déficit público, o chefe da assessoria econômica da Seplan limitou-se a dizer que "o item gigantesco são os salários de baixo", ou seja, os salários das camadas mais baixas da pirâmide salarial ainda estão altos.

Ele confirmou a informação de que o FMI estaria condicionando a liberação da segunda parcela do empréstimo, de US\$ 411 milhões, à aprovação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-Lei nº 2.045, que limitou, até 1985, todos os reajustes salariais a 80% do INPC. Ele considerou "Bobagem" a informação de que o FMI estaria querendo o cancelamento do tabelamento dos juros bancários.

Informou que o retorno da missão do FMI ao Brasil estava previsto desde a última vez que esteve aqui, porque os membros desta missão quase não têm poder de decisão, e por isso têm de fazer consultas periódicas à direção do Fundo.

